

JOAQUIM NABUCO E A NOVA DIPLOMACIA*

Rubens Ricúpero

É duplamente ingrato escrever ou falar sobre Joaquim Nabuco diplomata ou embaixador. Primeiro, porque todo mundo pensa que, do que ficou de Nabuco, o importante foi a luta pelo Abolicionismo na juventude e os grandes livros da maturidade: *Um Estadista do Império*, *Minha Formação*. O que veio mais tarde — a defesa do Brasil no arbitramento sobre as fronteiras com a Guiana Inglesa, a legação em Londres, a embaixada em Washington — dá, às vezes, a impressão de semi-malogros ou de um doce crepúsculo. Segundo, porque, embora não se conteste a validade perene da Abolição ou o acerto profético do que Nabuco escreveu sobre a ausência de povo no Brasil ou a insuficiência da extinção do trabalho servil desacompanhada do acesso à terra — veja-se o próprio prefácio de Fernando Lyra aos *Diários* — muito diferente foi a sorte póstuma da política exterior propugnada e realizada pelo nosso primeiro embaixador.

A maioria dos brasileiros provavelmente estranharia hoje sua adesão, por vezes entusiástica, mas nunca sem alguma reserva, à linha diplomática norte-americana, que na época se identificava, em parte, com a aplicação do *Big Stick* nas intervenções em Cuba, na República Dominicana, na América Central, no fomento à secessão do Panamá. Os discursos e as conferências abolicionistas continuam a ser, com frequência, citados naquilo que se ajusta a questões brasileiras atuais. Eles guardam inteira contemporaneidade e a ninguém ocorreria censurá-los por have-

* Texto originalmente apresentado no seminário *Joaquim Nabuco, Embaixador do Brasil*, na Fundação Joaquim Nabuco, no Recife, em 19 de agosto de 2005.

rem promovido abolição “prematura” ou ruínosa, conforme opinaram Sílvio Romero ou Oliveira Lima. Nesse sentido, são mais “contemporâneos”, mais unânimes do que quando foram proferidos.

Já no caso dos escritos diplomáticos, até o vocabulário, a nomenclatura, o estilo soam como aquelas raras gravações subsistentes dos anos iniciais do século XX, nas quais as vozes arranhadas, a prosódia lusitana, a retórica exaltada das perorações fazem pensar em passado irremediavelmente perdido. Quem, por exemplo, se definiria agora como “monroísta”, falaria em “Bureau das Repúblicas Americanas” ou ousaria antepor-se a Rio Branco dizendo: “Ele confia na Alemanha, na França, na Inglaterra, no Chile, na Argentina, não sei em quem mais, e eu só confio nos Estados Unidos”? (Carta a Hilário de Gouvêa, 19/01/09, *Cartas a Amigos*, t.II, p.330).

Não se trata apenas de estilo, mas de substância. A abolição, as preocupações sociais incorporaram-se ao acervo permanente das conquistas da história brasileira, ao passo que a opção preferencial pelos Estados Unidos revelou-se transitória e passou a ser crescentemente contestada. Mais talvez do que Paranhos, Nabuco contribuiu para fazer da “aliança não-escrita” com Washington o paradigma que dominaria a política exterior do Brasil de 1905 a 1961 e voltaria a predominar no breve governo de Castelo Branco, após o golpe de 1964. Desde Jânio Quadros e San Thiago Dantas, contudo, a reação, que se impõe com Geisel e Azeredo da Silveira, acaba por fazer prevalecer um novo paradigma em substituição ao das “relações especiais” com os EUA, pejorativamente designado de “alinhamento automático”. Era impossível que não sofresse com isso a reputação de Nabuco, que se orgulhava de não haver no serviço diplomático quem o superasse no monroísmo ou no favorecimento à mais íntima aproximação com o governo americano.

Essas dificuldades aumentam o mérito da idéia que tiveram o presidente da Fundação e seus colaboradores de organizar este seminário a fim de lançar um olhar reatualizado ao que foram os dez últimos anos da existência de Joaquim Nabuco, se se considerar a fase diplomática final, desde a defesa do Brasil no arbitramento da Guiana Britânica ou, na acepção mais restrita do título, seus cinco últimos anos como primeiro e, naquele instante, único embaixador do país.

O embaixador João Frank da Costa, autor de alguns dos melhores estudos sobre a influência de Nabuco na diplomacia brasileira, querido e

saudoso amigo prematuramente desaparecido, a quem a Fundação bem poderia prestar a homenagem de promover-lhe a reedição melhorada de *Joaquim Nabuco e a política exterior do Brasil*, de 1968, lembrava que “a obra de aproximação com os Estados Unidos e de plena realização do continentalismo tinha [...] para Nabuco, a mesma importância que outrora a questão capital da abolição”. E citava, em abono, suas palavras transcritas na “Gazeta de Notícias” de 24 de julho de 1906: “O destino queria que este resto de vida [...] pudesse ser empregado em uma causa, um serviço, que (...) encheu completamente na minha alma o vazio que aquela grande idéia tinha deixado. Eu me refiro à aproximação entre as duas grandes Repúblicas do Norte e do Sul”.

Não quer isso dizer que, por amor ao paradoxo, deveríamos defender a tese de que, em tudo ou por tudo, a segunda causa se equipara em valor e perenidade à primeira. Nem que nos sentíssemos sob a obrigação de fazer a apologia sistemática daquilo que, até aos olhos de alguns contemporâneos, foi percebido como excesso de entusiasmo ou de zelo na edificação de obra diplomática, cuja perfeição não admitia a menor restrição.

Fui convidado a discorrer neste seminário sobre *Joaquim Nabuco e a nova diplomacia*. Interpreto o tema como o papel que coube ao nosso homenageado na consolidação, sistematização e explicação do que o Barão do Rio Branco descreveu como o deslocamento, de Londres para Washington, do eixo da diplomacia brasileira, com todas as consequências que daí decorreram em matéria de política continental ou internacional. O primeiro ato desse movimento foi, em 13 de janeiro de 1905, o anúncio de que o Brasil e os Estados Unidos haviam decidido elevar ao nível de embaixadas suas missões diplomáticas em Washington e no Rio de Janeiro. É justamente o centenário dessa decisão que inspirou, entendo, a idéia deste encontro.

Nabuco nada teve a ver com a iniciativa, que se deve inteiramente ao Barão e até expressou dúvidas quanto à conveniência ou oportunidade do que, na época, era visto como “luxo injustificável”, “megalomania condenável”, “grave erro de política internacional”, segundo fulminou de modo exagerado o *Jornal do Brasil*, de 14 de janeiro de 1905. Hoje em dia é difícil entender porque se considerava de tal maneira insólito um ato aparentemente inocente e de utilidade óbvia como a criação de uma embaixada em país que já era nosso principal mercado de exportação e estava em vias de tornar-se a mais rica e poderosa nação do mundo. Um século

atrás, todavia, as embaixadas eram espécie raríssima, havendo tendência para julgá-las apanágio exclusivo das grandes potências. Tanto assim que, em Washington, existiam só sete embaixadas, todas, com exceção do vizinho México, representações das potências de primeira ordem que constituíam o Concerto Europeu: Grã Bretanha, França, Alemanha, Rússia, Áustria-Hungria, Itália. Uma espécie de G-8 do início do século. No Rio de Janeiro, não havia nenhuma embaixada e o Brasil, mesmo em Londres, era representado por um ministro, no caso, Nabuco, que exercia a chefia de uma legação. No simbolismo diplomático daquele tempo, a elevação à embaixada era mudança qualitativa das relações entre dois países. Do ponto de vista norte-americano, o ato expressava, pela linguagem simbólica do formalismo protocolar, que o Brasil tornava-se para o governo dos Estados Unidos o principal parceiro da América do Sul. Para o Brasil, além do aspecto central salientado por Rio Branco – o deslocamento do eixo da diplomacia – a escolha para Washington da mais alta expressão do serviço diplomático nacional, de alguém que, além de diplomata, deixara marca de destaque na história e na cultura do país, sublinhava e realçava a importância do gesto.

Aliás, não era só no terreno simbólico que se media o diferencial de uma embaixada em relação a outras modalidades de representação diplomática. Havia também uma diferença a mais, em matéria de acesso e influência, com valor agregado tangível. Pouco tempo antes da criação das embaixadas, durante o conflito do Acre, Assis Brasil, nosso ministro, queixava-se do *status*, que não lhe permitia ter acesso ao presidente dos EUA. Nabuco, ao contrário, não só dispunha da teórica vantagem protocolar, mas, graças a suas qualidades pessoais, conquistou a amizade e a admiração intelectual de Theodore Roosevelt.

Se voltássemos aos dois pólos que balizaram a vida e a carreira de Joaquim Nabuco — a campanha abolicionista e a construção do novo paradigma diplomático em Washington —, não seria exagero explicá-los como a expressão do espírito mais profundo das duas épocas históricas em que viveu, de acordo com a divisão adotada por Eric Hobsbawm: a Era do Capital, de 1848 a 1875 (Nabuco nasceu em 1849) e a Era dos Impérios, de 1875 a 1914. Insere-se, dentro da primeira, a luta para extinguir o trabalho servil, evidentemente incompatível com o tipo de capitalismo industrial e o regime de assalariado que se disseminavam pelo mundo. Entre nós, dado o notório retardamento histórico brasileiro, ainda

mais acentuado então, conforme indica o próprio anacronismo da escravatura, teríamos de esticar um pouco o limite final de Hobsbawm, de 1875 para 1888, a fim de que a era da implantação do capitalismo pudesse abarcar não só a Lei do Ventre Livre, de 1871, mas a abolição final.

Em relação à Era dos Impérios ou do Imperialismo, é maior ainda o poder explicativo do tempo histórico como determinante da conduta dos homens que orientaram a política exterior. Paranhos e Nabuco viveram ambos seus anos de maturidade durante o apogeu do imperialismo europeu. Aproximavam-se dos 40 anos quando a Conferência de Berlim, sob a presidência do Chanceler Otto von Bismarck, promoveu o desmembramento do Congo e da África como se trinchasse um peru. Assistiram à imposição à China dos tratados desiguais e dos portos exclusivos, à abertura forçada do comércio e da navegação do Japão, à amputação, fatia a fatia, do Império Otomano, à conquista da Indochina, ao bombardeio de Valparaíso. Como todos os contemporâneos, indignaram-se com o esmagamento da resistência dos Boers da África do Sul. Vinte anos antes, haviam sido testemunhas da tentativa de Napoleão III de conquistar o México para Maximiliano, no momento em que a Guerra de Secessão distraía a atenção dos EUA.

A rivalidade por colônias e protetorados, que por pouco não provoca um choque entre a França e a Grã-Bretanha no incidente de Fachoda ou entre a Alemanha e a França em Agadir; a disputa pelo espólio otomano entre a Áustria e a Rússia nos Balcãs; a corrida armamentista desenfreada; a emulação naval entre alemães e britânicos; a exacerbação dos nacionalismos eram a face oculta da lua, o lado sombrio e ameaçador da Belle Époque. A doçura de viver que o Barão encontrava em Paris e Nabuco em Londres foi a última irradiação de uma civilização que em breve descobriria sua mortalidade. Depois de exercerem a violência e a opressão contra os povos colonizados, os europeus iriam voltar as armas contra si próprios, destruindo-se uns aos outros na primeira das duas grandes guerras civis no interior do mesmo espaço civilizatório, evocando, por muitos aspectos, o conflito que opôs Atenas e Esparta e assinalou o início do fim da civilização grega.

Nenhum dos dois principais protagonistas da virada da política externa brasileira, a partir de 1905, teve a desventura de sobreviver ao naufrágio do seu mundo e do seu tempo. Morreram ambos, Nabuco no início de 1910, Rio Branco, de 1912, na véspera da catástrofe anunciada pelos canhões de agosto de 1914, o estrondoso *finale* wagneriano do

último e prolongado ato do século XIX. Não chegaram a conhecer a guerra mundial, nem o que se seguiu, a Revolução de Outubro de 1917, a anarquia e a fome na Europa Central, a profunda crise depressiva dos anos 30, a ascensão do fascismo e do nazismo, a aproximação de novo conflito ainda mais mortífero, os campos de concentração, o Holocausto, Hiroshima e Nagasaki, a Guerra Fria e tudo o que nos marcou de modo tão fundo que nos dificulta compreender a sensibilidade e as reações dos dois últimos grandes estadistas do século XIX brasileiro.

Representativos do que esse século teve de melhor, fiéis ao seu espírito, foram ambos capazes, no entanto, de perceber, com maior argúcia do que a maioria dos contemporâneos, a aproximação do fim do período de hegemonia da Europa e os primeiros sinais de que o eixo do poder e da diplomacia mundiais derivava em direção aos Estados Unidos. Agiram, portanto, em consonância com essa percepção, eminentemente realista e não idealizada, como quiseram crer muitos dos críticos da nova orientação, esses sim retardatários na compreensão do sentido do movimento da História.

O embaixador em Washington, em particular, sempre mais capaz de teorização e conceituação que o chanceler, deu cedo expressão a uma visão realista da política internacional como o espaço por excelência do conflito de poder e da oposição de forças. Em carta a Campos Sales, citada por Carolina Nabuco na biografia do pai (pág. 403), ele escrevia:

“Minha impressão é que para todos os países da Europa e da América o problema externo tende cada dia mais a sobrepujar os problemas internos e que estamos caminhando para uma época em que a sorte de todos eles sem exceção tem que ser afetada pela solução que tiver o conflito de influência e preponderância entre os grandes sistemas atuais de forças, como sejam a Tríplice e a Dupla Aliança, o Império Britânico, a doutrina de Monroe, etc.”

Ao contrário do que continua a repetir a quase unanimidade dos historiadores, essa visão não tem nenhum parentesco com o idealismo de Wilson ou de Sir Norman Davies. Ela não poderia ser mais realista, mais próxima da concepção de teóricos como Hans Morgenthau ou Henry Kissinger, para os quais o poder é o elemento definidor e decisivo das relações internacionais. O pensamento de Nabuco é, ademais, surpreendentemente original e moderno na apreensão e expressão da realidade

internacional como macroestrutura formada pela interação de sistemas que são movidos pela luta de poder. Não foi sua deficiência de visão, mas sim a dos críticos que levou muitos desses últimos a destacar, no discurso diplomático do embaixador, o que é acessório e de estilo ultrapassado — o monroísmo, a exaltação da amizade com a “grande República do Norte” — esquecendo o principal: a criativa elaboração do conceito de um sistema separado das Américas, distinto do europeu e reservado para ser espaço de paz e colaboração, em contraste com a essência agressiva e beligerante do sistema europeu de então.

Já, em 1898, o futuro sistematizador dessa “nova diplomacia” declarava em entrevista a *O Estado de S. Paulo* (Carolina Nabuco, op. cit. 403): “Nós hoje somos uma das muitas incógnitas de um vasto problema: o problema americano. A Europa, a África, a Ásia *formam um só todo político*” (grifos meus). “Defronte dessa massa colossal, que se deve chamar européia, qual é o destino da América do Sul?”

Via assim claramente que o mundo não constituía ainda um sistema global unificado como em nossos dias. O que existia era o sistema europeu tradicional da Balança ou Equilíbrio do Poder, dominado pelas seis grandes potências que mantinham embaixadas em Washington e dominavam, por sua vez, a África e a Ásia, dirimindo suas disputas por concertação ou pelo recurso freqüente à força. Diante disso, a massa amorfa da América do Sul confrontava-se ao dilema que descreveu como sendo a escolha “entre o monroísmo ou a colonização européia”.

Sua resposta ao dilema começa a ser dada no discurso de apresentação de credenciais (24/05/05): “Todos os votos do Brasil são (...) pelo aumento da imensa influência moral que os Estados Unidos exercem e se traduz pela existência no mundo pela primeira vez na história de uma vasta zona neutra de paz e de livre competição humana”.

A “zona neutra de paz” seria, por conseguinte, uma espécie de segundo bloco ou pólo, que contrastaria com o do Velho Continente, conforme descreve com essas palavras:

“A América, graças à Doutrina Monroe, é o Continente da Paz, e essa colossal unidade pacificadora, interessando fundamentalmente outras regiões da Terra – todo Pacífico a bem dizer – forma um Hemisfério Neutro e contrabalança o outro Hemisfério, que bem poderíamos chamar o Hemisfério Beligerante” (NABUCO, s/d, p.146-147).

Com razão, Bueno (2003, p.166) destaca, a contribuição crucial de Joaquim Nabuco como o brasileiro que mais influenciou para o reconhecimento da existência de um sistema continental distinto e com personalidade internacional própria. Em termos atuais, é como se, perante o risco de um mundo à mercê do monopólio do poder pelos europeus, ele tivesse favorecido a busca de um equilíbrio bipolar, de uma relativa desconcentração do poder que servisse de proteção a nações desarmadas como o Brasil.

Sua motivação foi, acima de tudo, a segurança do território brasileiro, ameaçada, a seu juízo, pela sentença errônea de Vitor-Emanuel III, no arbitramento com a Grã-Bretanha, que se inspirara em tendência jurídica européia perigosa para o Brasil. Com efeito, a propósito do Congo, a Conferência de Berlim definira, em 1885, princípios reafirmados, em 1888, pelo Instituto de Direito Internacional. Segundo tais princípios, que pretendiam ter valor universal, o único meio reconhecido de adquirir e conservar a soberania territorial seria a exigência de posse atual e de ocupação efetiva. Em carta a Tobias Monteiro, de 18 de junho de 1904, aludia às conseqüências nefastas que esses princípios, embutidos na sentença do rei da Itália, poderiam assumir se fossem aplicados a boa parte do território brasileiro: “Se lhe sujeitássemos a nossa soberania sobre dois terços do Brasil, ele diria que não temos direito algum” (Cartas a Amigos, t.II, p.169). Dizia em outro escrito: “Com os princípios modernos quanto à soberania de territórios não ocupados, haveria somente no vale do Amazonas campo vastíssimo para o estrangeiro, sem tocar a orla efetivamente apropriada por nós e outras nações”.

João Frank da Costa, que analisa longamente a questão, lembra que, do ponto de vista jurídico, os princípios de Berlim “colocavam em situação precária [...] os imensos territórios despovoados da América do Sul”, vistos como “*res nullius*”, terra sem dono, nessa época de ambições coloniais exacerbadas. O único meio de tornar seguros dois terços do território brasileiro seria, para Nabuco, a Doutrina de Monroe: “Não vejo nenhuma outra intuição da qual dependa tanto a conservação do nosso grande todo nacional”. Dessa forma, segundo João Frank, a principal conseqüência do insucesso no pleito da Guiana Inglesa teria sido sua conversão definitiva ao monroísmo e à aliança não-escrita com os Estados Unidos, que propunha como “uma espécie de aliança tática, subentendida entre nossos dois países”. Recomendava, antes mesmo de

tornar-se embaixador, que “a nossa diplomacia deve ser principalmente feita em Washington”. Concluiu: “Uma política assim valeria o maior dos exércitos, a maior das marinhas, exército e marinha que nunca poderíamos ter” (COSTA, 1968, p. 48 e 49).

Era, como se vê, programa basicamente defensivo, moderado e exequível por coincidir com o interesse e a posição notória dos Estados Unidos. Não visava a objetivos fantasiosos e irrealistas como o de instrumentalizar o apoio de Washington para a supremacia brasileira na América do Sul ou a fim de obter para o Brasil no mundo o reconhecimento de *status* de poder acima de nossas reais possibilidades. Os mal-entendidos que viriam no futuro toldar as relações com os americanos nasceram às vezes dessas expectativas exageradas. Que Nabuco não partilhava dessas ilusões transparece nitidamente da anotação que, em 25 de agosto de 1907, faz em seu *Diário* a respeito das decepções brasileiras na Conferência de Haia: “Não se fica grande por dar pulos. Não podemos parecer grandes, senão o sendo. O Japão não precisou pedir que o reconhecessem grande potência, desde que mostrou sê-lo.”

Nessa linha de análise, foi a conquista efetiva da condição de grande potência pelos Estados Unidos que criou as condições de possibilidade para a diplomacia Rio Branco-Nabuco, não a mera Doutrina de Monroe, que existia há quase 80 anos, mas não havia passado, no início, no que tange aos norte-americanos, de veleidade sem poder para dar-lhe aplicação efetiva.

Remontam, de fato, aos primeiros anos da embaixada de Nabuco os dois acontecimentos que simbolizam para os historiadores da política externa americana a emergência dos Estados Unidos como potência de primeira grandeza em âmbito planetário. O primeiro, em 1905, foi a mediação de Roosevelt para pôr fim à guerra russo-japonesa no Extremo Oriente; o segundo, no ano seguinte, foi a participação, pela primeira vez em assunto puramente europeu, extra-hemisférico, na Conferência de Algeciras, após o incidente de Agadir, entre a França e a Alemanha, a respeito do Marrocos. A presidência de Theodore Roosevelt, após a guerra hispano-americana, a incorporação de Porto Rico e das Filipinas, o virtual protetorado sobre Cuba, coincidem com a afirmação vigorosa do poderio ianque por toda a parte, da China, onde os americanos advogam a política da Porta Aberta ao Caribe, à América Central, onde exercem dominação exclusiva, que se traduzirá nas numerosas intervenções e na secessão forçada do Panamá.

Impressiona como o Barão e Nabuco julgaram bem e cedo o caráter irreversível dessa transformação, passando a agir sem demora para que a diplomacia brasileira tirasse proveito da oportunidade que ainda estava em vias de se abrir. É o que Paranhos declarava explicitamente neste despacho de 1905 a Washington:

“A verdade é que só havia grandes potências na Europa e hoje elas são as primeiras a reconhecer que há no Novo Mundo uma grande e poderosa nação com quem contar [...]. As definições da política externa norte-americanas são feitas [...] sem ambigüidades, com arrogante franqueza, sobretudo quando visam os mais poderosos governos da Europa, e o que acontece é que estes não protestam nem reagem, antes acolhem bem as intervenções americanas...”

No banquete com que foi homenageado no Cassino Fluminense, por ocasião da realização, no Rio de Janeiro, em 1906, da Terceira Conferência Internacional Americana, o novo embaixador defendia a recém-adotada orientação com palavras que eram como um desafio aos críticos: “a nossa aproximação com os Estados Unidos é uma política que tem (...) a maior de todas as vantagens que possa ter qualquer política — a de não ter alternativas, a de não haver nada que se possa dar em lugar dela, nada que se lhe possa substituir porque a política de isolamento não é uma alternativa e não bastaria para os imensos problemas que espera o futuro deste país” (*apud* Carolina Nabuco, *op.cit.*, p.424).

Olhando para trás, é difícil discordar. Não existia a alternativa européia já que a proteção buscada visava justamente a ameaça do imperialismo europeu. Os que favoreciam a opção da Europa, idealizavam e esqueciam o passado diplomático brasileiro, em grande parte dedicado a sacudir a tutela britânica imposta antes e depois da Independência, assim como a superar as humilhações sofridas durante o conflito sobre o tráfico de escravos. Por muito tempo havia sido a preocupação primordial dos estadistas do Império acabar com os tratados comerciais herdados da época de Dom João VI e que perpetuavam a inferioridade econômica do país perante as potências européias. Nossas relações com a Grã-Bretanha haviam sido freqüentemente tormentosas e sempre assimétricas, culminando com o brutal bloqueio naval do Rio de Janeiro e a ruptura diplomática na questão Christie, em 1863. Ao contrário da maioria dos demais sul-americanos, o Brasil tinha na região das Guianas fronteiras terrestres

com três países europeus. Aproveitando-se da confusão dos primeiros anos da República, os ingleses haviam ocupado a ilha da Trindade, em 1895, e com os franceses tínhamos tido os incidentes com mortes dos garimpos do Calçoene. Em dezembro de 1905, a violação da soberania brasileira pela canhoneira Panther quase ocasiona um choque trágico com a arrogante Alemanha do Kaiser. Para que se tenha idéia da gravidade do episódio e da firmeza do Barão, vale a pena transcrever o telegrama por ele enviado a Nabuco: “Trate de provocar artigos enérgicos dos monroistas contra esse insulto. Vou reclamar [...] condenação formal do ato [...] Se inatendidos, empregaremos a força para liberar o preso ou meteremos a pique a Panther. Depois, aconteça o que acontecer” (COSTA, op.cit., p.232). O conflito acabou desmontado pela atitude conciliatória alemã, para a qual seguramente contribuiu o apoio unânime ao Brasil da imprensa americana e a consciência que tinha o governo de Berlim da mobilização diplomática efetuada por Nabuco em Washington.

Mas, além da ameaça potencial do imperialismo europeu, outro aspecto que levava a descartar essa opção era a falta de qualquer moeda de contrapartida ao alcance do Brasil em troca de eventual apoio da Europa, diferentemente do que ocorria no caso dos Estados Unidos, aos quais podíamos oferecer nosso concurso junto aos demais latino-americanos em favor da política hemisférica ianque.

Se não havia verdadeira alternativa européia, com mais razão pode-se dizer o mesmo em relação aos países latino-americanos, desprovidos de poder e, naquele tempo, incomparavelmente mais divididos e problemáticos do que hoje em termos de estabilidade ou capacidade diplomática. Acresce que o Brasil mantinha contenciosos de fronteiras abertos com a maioria deles ou acabara apenas de sair de episódios traumáticos como a questão do Acre com a Bolívia, cujos desdobramentos com o Peru continuavam pendentes. A rivalidade com a Argentina, tenaz e intensa, tendia a agravar-se devido ao problema da renovação da Marinha brasileira e provocaria o grave incidente do telegrama nº 9, entre Rio Branco e o chanceler argentino Zeballos. Se atualmente, após dez anos de Mercosul, as relações com Buenos Aires guardam características mercuriais, se a aspiração brasileira ao Conselho de Segurança da ONU tem o dom de aguçar a suscetibilidade e os ciúmes de argentinos e mexicanos, imagine-se o que seria quando eram muito mais vivos os preconceitos e ressentimentos herdados de passado de conflitos e intervenções!

Aliás, em 1909, a iniciativa de Paranhos, a instâncias dos chilenos, de propor o Tratado A.B.C., entre Argentina, Brasil e Chile, não prosperou devido à reticência de Buenos Aires. É irônico que, além da preocupação de não alienar o Peru, a razão principal alegada pelo enviado argentino, Ramon J. Cárcano, contra a idéia, fosse o temor de despertar a desconfiança dos EUA... Fracassava, dessa forma, a tentativa de esboçar eixo sul-americano que pudesse servir, ao menos parcialmente, como possível contrapeso e alternativa à aproximação com Washington.

Nabuco esforçou-se sempre por evitar situações em que o Brasil tivesse de escolher entre os Estados Unidos e a América Latina. Na teoria e na prática, buscou as melhores relações com uns e outros. Pouco antes de morrer, sua última contribuição diplomática foi o papel decisivo que desempenhou para afastar a ruptura americano-chilena no caso Alsop. Se fosse nosso contemporâneo, compreenderia melhor que ninguém a insensatez de querer fazer a América Latina escolher entre o Brasil e os Estados Unidos.

Desses últimos, não nos separava nenhum conflito de interesses. Não tínhamos problemas territoriais nem de outra natureza, as relações econômicas eram florescentes, contávamos com a simpatia norte-americana no episódio da Panther e em outros incidentes com europeus. Na arbitragem sobre o território de Palmas ou das Missões, o presidente Cleveland dera completo ganho de causa ao Brasil e a seu advogado, o Barão do Rio Branco. As ações truculentas ou meramente musculosas de Teddy Roosevelt e de seus sucessores se exerceriam de preferência no Caribe e na América Central — Cuba, Haiti, República Dominicana, Panamá — ou no México vizinho. Estávamos longe, não precisávamos temer os ianques já que não eram eles e sim os franceses e os ingleses os que nos poderiam ameaçar no Amapá e em Roraima. É de surpreender, nessas condições, que a opção norte-americana parecesse óbvia a Rio Branco e a Nabuco?

No fundo, toda essa demonstração é supérflua. A “nova diplomacia” não se teria imposto como paradigma quase incontornável por mais de meio século se sucessivas gerações de dirigentes brasileiros não estivessem persuadidos da existência de alternativa melhor para o país. Um dos ingredientes constantes dessa convicção foi a importância das relações econômicas, de início concentradas no comércio e que se expandiram com os anos, à medida que os capitais americanos substituíram os ingleses e outros europeus nos investimentos diretos e nos emprés-

timos. Para ficar apenas no comércio, pouca gente se dá conta, hoje, de que, em 1905-1906, o Brasil era o sexto maior parceiro no intercâmbio total dos EUA, vindo logo após a Grã-Bretanha, a Alemanha, a França, o Canadá e Cuba. Em termos de fornecedores, já fomos os terceiros maiores, nos bons tempos em que não se sonhava com a China, o Japão e demais asiáticos... Nosso saldo bilateral com os americanos só costumava variar para cima. Já em 1870, os EUA importavam do Brasil quatro vezes mais do que nos vendiam. De 1867 a 1905, o saldo acumulado havia atingido a cifra astronômica de US\$ 1,785.000.000, a qual, em termos corrigidos, nos deixaria estonteados. O comércio EUA-Brasil ultrapassava o montante do intercâmbio norte-americano com todo o resto da América do Sul. Em 1870, enquanto nosso comércio bilateral com os EUA chegava a US\$ 31 milhões, o intercâmbio com os demais sul-americanos só alcançava US\$ 29 milhões. Em 1905, início da missão de Nabuco, o comércio americano com o Brasil foi de US\$ 100 milhões, ao passo que atingia apenas US\$ 15,300 milhões com a Argentina e US\$ 11 milhões com o Chile (COSTA, op.cit., pp. 205-206). Perto do final de sua missão, o primeiro embaixador empregaria a fundo sua considerável influência no Congresso e nos círculos políticos americanos a fim de evitar a criação sobre o café de imposto que se desejava instituir em represália à taxa de exportação dos Estados cafeeiros.

O comércio, a economia reforçam o argumento e não deixam dúvidas sobre a existência de sólida base material para o deslocamento do eixo diplomático. O fundamento econômico precedeu mesmo, de anos ou décadas, a decisão política, embora não tenha sido detectado pelos que se impressionavam mais com o predomínio, ainda por algum tempo, de Londres como praça financeira. Esses, como o jornal *O Comércio de São Paulo*, teriam preferido que a embaixada fosse criada na capital britânica, ou até em Lisboa ou no Vaticano, numa notável demonstração da miopia com que parcela da imprensa brasileira costuma equivocar-se sobre a realidade internacional.

Realidade é justamente a palavra que convém, pois a evolução histórica confirmaria cada vez mais e em todos domínios a tendência ao predomínio americano. Se Paris e Londres haviam sido as duas capitais do século XIX, Nova York que viria a ser a capital do século XX e, pelo jeito, do XXI também. A economia corrobora, portanto, o que nos parece óbvio: a aproximação com os EUA não foi uma construção do espí-

rito, mas a conseqüência lógica de uma realidade em transformação. A personalidade de Nabuco era certamente mais atraída pelas idéias gerais, mais fortemente impregnada de poesia e sentimento religioso que a do Barão e sua natureza generosa e romântica transbordava em eventuais excessos de ênfase ou de confiança. Isso que se poderia chamar o defeito de suas qualidades não lhe diminuía, entretanto, o agudo senso das realidades, inclusive das comerciais conforme revelou em relação ao imposto sobre o café e as questões econômicas em gerais. Tampouco lhe embotou a sensibilidade para os aspectos reprováveis da diplomacia e da sociedade americanas.

João Frank da Costa observa que “Nabuco não aprova a política americana de intervenção na América Central (mas não julgava que tal fato fosse) de natureza a impedir o fortalecimento das (...) relações entre o Brasil e os Estados Unidos”. Em carta a Paranhos dizia:

“Note você que eu não acompanho as idéias de Mr. Roosevelt sobre ocupação norte-americana, ou outra, de alfândegas, etc., de países sul-americanos. O meu monroísmo é mais largo e não me prende a esses expedientes que ele imagina para ‘justificar’ (...) a doutrina de Monroe perante a Europa” (COSTA, 1968, p.203).

Quanto à sociedade, atente-se à anotação de 6 de agosto de 1909 dos seus *Diários*: “O maior dos jogos nacionais aqui é amontoar *dollars* (para os homens) e gasta-los (para as mulheres). *Dollar-heaping* e *dollar-squandering*, posso chamá-los. Depois o dar nos negros. Ainda ontem um ministro branco escapou de ser atacado pela *mob* por ter apertado a mão de um colega preto. Um senador, que deu um bofetão num criado de cor, dizia ao juiz: “*I did not strike a man, but a negro*”. Designam uma mulher de cor num documento de justiça: “*A female of the genus africanus* (sic)”. Sua conclusão errônea e pessimista, em lugar do otimismo ingênuo que lhe emprestavam era que o organismo americano terminaria por expelir o preto como cidadão (*Diários*, Vol.2, p.460).

A lucidez, a condenação moral implícita em tais comentários coexistiam, porém, com o realismo que o levava a anotar, em 4 de setembro de 1907, a propósito da reação antiianque despertada pela conferência de Haia: “Derrotar os Estados Unidos é uma glória néscia para qualquer nação. Deus queira que haja prudência na nossa imprensa, clarividência entre os nossos homens públicos. Há muita coisa que nos irrita, melindra

e aborrece por parte dos Estados Unidos, mas devemos compreender que a nossa única política externa é conquistar-lhes a amizade. Não há nenhum país ao qual seja mais perigoso dar alfinetadas, mesmo as de imprensa” (*Diários*, Vol.2, p.409). É perfeitamente admissível criticar a discrição, timidez ou excessiva prudência desses juízos; o que não se pode é atribuir a idealismo romântico o que era ditado pelo realismo do cálculo.

Em matéria de calculismo ou, se quiserem, de realismo pragmático, o Barão não ficava atrás, como expressam, quase com brutalidade, trechos como este: “A tão falada liga das Repúblicas hispano-americanas para fazer frente aos Estados Unidos é pensamento irrealizável, pela impossibilidade de acordo entre povos em geral separados uns dos outros, e é até ridículo, dada a conhecida fraqueza e falta de recursos de quase todos eles”. E, aludindo às intrigas que teciam contra o Brasil na capital americana os nossos adversários, deduzia que: “Não há de ser com uma política de alfinetadas, tornando-nos desagradáveis aos Estados Unidos como desejariam os impotentes inimigos que eles contam aqui e em quase toda a América Espanhola que poderemos inutilizar em Washington os esforços dos nossos contendores.”

Conforme se nota, Rio Branco e Nabuco, apesar de diferenças ocasionais, estavam em perfeita sintonia no fundamental e chegavam a utilizar as mesmas palavras para manifestar essa convergência. Decorridos cem anos da introdução da “nova diplomacia”, é evidente que ela perdeu muito do viço original e não deixou de sofrer, como tudo que é histórico, os assaltos das mudanças e do tempo. Não é aqui o lugar para descrever as vicissitudes pelas quais haveria de passar, no futuro, o paradigma em elaboração entre 1905 e 1910. O que resta a dizer em poucas palavras é que, no essencial, ele deu certo e acabou mesmo sendo vítima de um excesso de êxito, posto que os sucessores dos *Founding Fathers* dessa política tenderam a tomar como perene e imutável o que pertencia ao domínio da historicidade. Essa, porém, é uma outra história.

A nossa começa e termina com Joaquim Nabuco embaixador. Além de conceituador, de pensador capaz de criar uma diplomacia nova, ele foi um dos raros, raríssimos, que soube aliar à força do pensamento as qualidades de execução e desempenho inseparáveis do agente diplomático. Dos seus sucessores, só Oswaldo Aranha chegou perto em capacidade de somar à influência em alto nível na capital americana a força política própria junto aos meios dirigentes brasileiros. Homem completo

até na beleza e na prestança físicas, na perfeição, elegância e encanto com que se distinguia mesmo nas futilidades da vida diplomática, o incomparável Nabuco foi não só o primeiro, mas o maior de todos os nossos embaixadores, dele podendo dizer-se o que disse Garcia Lorca de Ignacio Sanchez Mejia : “Tardará mucho tiempo en nacer, si es que nace... un andaluz tan claro, tan rico de aventura”.

Nesta hora sombria da vida pública brasileira, quando a sordidez e torpeza de tantos políticos nos fazem vacilar a fé no Brasil, vale a pena recordar a frase da carta na qual Domício da Gama, primeiro sucessor de Nabuco em Washington, comentava com Mario de Alencar o desaparecimento, um após o outro, dos três grandes integrantes de uma trindade que não se repetiria: “Machado de Assis, Euclides da Cunha, Joaquim Nabuco fazem falta ao meu coração de brasileiro confiado no futuro de país que teve dessas inteligências”. E, numa nota profética e de esperança, convém concluir com o balanço que o próprio Nabuco traçou de sua existência: “Posso dizer que a minha vida, dentro da esfera que me tracei, está concluída. Ao entrar na vida pública, propus-me como programa a Abolição, a Federação, e tudo isso está realizado [...] Não me resta hoje mais do que acompanhar com a maior sinceridade, com o maior interesse, com a maior paixão, posso dizer, os novos destinos do país [...] Este país está destinado a alcançar proporções de que talvez os que hoje vivem não podem ter a última idéia”. Assim seja.

Referências

BUENO, Clodoaldo. *Política Externa da Primeira República*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

COSTA, João Frank da. *Joaquim Nabuco e a política exterior do Brasil*. Rio de Janeiro: Gráfica Record Editora, 1968.

NABUCO, Joaquim. *Discursos e conferências nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: B. Aguila, s/d.